

# Literatura, Arte e Feminismos

Adriana de Fátima A. L. Barbosa  
Susana Souto Silva  
(organizadoras)

EDITORA



**UnB**



Pesquisa,  
Inovação  
& Ousadia



**Universidade de Brasília**

**Reitora** : Márcia Abrahão Moura  
**Vice-Reitor** : Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora** : Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial** : Germana Henriques Pereira (Presidente)  
: Fernando César Lima Leite  
: Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende  
: Carlos José Souza de Alvarenga  
: Estevão Chaves de Rezende Martins  
: Flávia Millena Biroli Tokarski  
: Jorge Madeira Nogueira  
: Maria Lidia Bueno Fernandes  
: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos  
: Sely Maria de Souza Costa  
: Verônica Moreira Amado



# Literatura, Arte e Feminismos

Adriana de Fátima Alexandrino Lima Barbosa  
Susana Souto Silva  
(organizadoras)



**Equipe editorial**  
: Luciana Lins Camello Galvão  
: Elaine Pires  
: Wladimir de Andrade Oliveira  
: Haroldo Brito  
: © 2019 Editora Universidade de Brasília  
: Direitos exclusivos para esta edição:  
: Editora Universidade de Brasília  
: SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,  
: 2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF  
: Telefone: (61) 3035-4200  
: Site: www.editora.unb.br  
: E-mail: contatoeditora@unb.br  
: Todos os direitos reservados. Nenhuma parte  
: desta publicação poderá ser armazenada ou  
: reproduzida por qualquer meio sem a autorização  
: por escrito da Editora.  
: Esta obra foi publicada com recursos provenientes do  
: Edital DPI/DPG nº 3/2019.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

L766            Literatura, arte e feminismos / Adriana de Fátima Alexandrino  
                  Lima Barbosa, Susana Souto Silva (organizadoras). – Brasília :  
                  Editora Universidade de Brasília, 2021.  
                  202 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, inovação & ousadia).

ISBN 978-65-5846-008-4

1. Literatura. 2. Arte. 3. Feminismo. I. Barbosa, Adriana de  
Fátima Alexandrino Lima (org.). II. Silva, Susana Souto (org.).  
III. Série.

---

CDU 82:396

# Sumário

## **Apresentação 7**

### Capítulo 1

#### **Mulheres: caminhos e atalhos na ficção de Clarice Lispector 11**

Nádia Battella Gotlib

Introdução: o mito e a desmitificação 12

Um conto: Luísa. Uma situação 17

Uma crônica: Artemira. Um retrato 19

Um romance: Janair. Um processo 23

Conclusão. É a hora 25

### Capítulo 2

#### **“Mulher é gente tão infeliz... Carece de ter coragem” – Diadorim & Grande Sertão: Veredas 29**

Caroline Neres de Andrade

“Tão galante moço, as feições finas caprichadas” 30

“Saudade de ideia e saudade de coração” 36

“Nas estórias, nos livros, não é desse jeito?” 39

“O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” 45

“Mulher é gente tão infeliz... Carece de ter coragem” 52

### Capítulo 3

#### **O feminino e a insurreição pela linguagem 69**

Ondina Pena Pereira

### Capítulo 4

#### **Feminismo, revolução e artes visuais 81**

Raísa Curty

## Capítulo 5

### **A paz só aparece nessas horas, em que a guerra é transferida, viu? (ou o estridente presságio de 2019 no Brasil) 89**

Hilan Bensusan

## Capítulo 6

### **O discurso da feitiçaria e o transe do neoliberalismo 97**

Susan de Oliveira

## Capítulo 7

### **“Irmãs”, de Kollontai: o debate sobre o lugar da mulher na literatura e na práxis social 113**

Carla Cristina Guimarães

Thais Cristina da Silva

Alexandra Kollontai: vida e militância 115

O conto “Irmãs” à luz dos pressupostos de Kollontai 120

## Capítulo 8

### **O consumo da arte negra: desafiando ou reproduzindo os discursos coloniais? 133**

Milena Britto

O pós-colonial *versus* o colonial nas artes 133

Arte negra para quem? 139

## Capítulo 9

### **Lygia Fagundes Telles e os percalços da autoria feminina 153**

Lizandra Filgueiras Andrade

O lugar da autoria feminina 161

Escreva como uma mulher: a busca pela manifestação artística do “eu” 166

## Capítulo 10

### **Inteligência coletiva e amizade política: por uma teoria da vanguarda feminista 177**

Cecilia Palmeiro

As línguas das loucas 180

Quando a história se torna crítica, a arte se radicaliza 184

Poética e vanguarda 189



# 6

Capítulo 6

## O discurso da feitiçaria e o transe do neoliberalismo

Susan de Oliveira

*A bruxaria, essa noção terrivelmente difusa tão altamente atual na África, continua sendo um elemento-chave nos discursos sobre o poder, apesar dos modernos processos de mudança (ou talvez por causa deles)<sup>1</sup>*

(Peter Geschiere)

Há pelo menos três décadas, observa-se um interesse renovado da pesquisa antropológica sobre os discursos e as práticas da feitiçaria. As ocorrências e os relatos que motivam esse interesse de pesquisa se situam, hoje em dia, fora dos contextos rurais e autóctones africanos,

---

<sup>1</sup> Tradução nossa.

nos quais surgiram as teses clássicas sobre feitiçaria – que dominaram a primeira metade do século XX – e nos quais estão também presentes algumas das dicotomias estruturantes da modernidade: magia e ciência, indivíduo e sociedade, seita e religião.<sup>2</sup> De alguma forma, essas dicotomias entraram em rota de colisão na ressurgência do tema na contemporaneidade. No entanto, retomam-se dessa mesma tradição os fundamentos que inspiram essas novas abordagens, como os estudos de Evans-Pritchard (2005) sobre os Azande,<sup>3</sup> nos quais ele apresenta o discurso da feitiçaria menos estruturado pela dicotomia epistemológica e mais como linguagem, inclusive fazendo distinções minuciosas entre a linguagem do oráculo, da magia e da bruxaria e de seus usos, de modo a abranger os diferentes significados das forças ocultas em suas conexões com todas as dimensões da vida social dos Azande, que, segundo Evans-Pritchard, configuram todo “um sistema de valores que regula a conduta humana”. E conclui: “A bruxaria é onipresente” (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 49).

Esse sistema de valores que regula a conduta humana, portanto, regula as próprias condições de sobrevivência nas chamadas economias comunitárias tradicionais, que, conforme o argumento original de Karl Polanyi (2000), se caracterizam por estarem incrustadas (*embedded*) nos valores sociais e morais representados por instituições não econômicas que as regulam. É nessa dimensão amplamente regulatória da economia política comunitária, da qual depende a sobrevivência, que o discurso da feitiçaria atua para não só explicar os infortúnios e os golpes de sorte, mas regular, ou seja, restituir o equilíbrio, quando necessário, e criar comportamentos coletivamente necessários.

---

<sup>2</sup> As principais teses clássicas sobre o tema e suas dicotomias formam uma tradição etnográfica que conta com estudos como o de Frazer, Tylor, Mauss e Hubert, Malinowski, Radcliffe-Brown, Evans-Pritchard, entre outros.

<sup>3</sup> Os Azande são povos pertencentes a um grupo étnico que habita a África Central (República Democrática do Congo, Sudão do Sul e República Centro-Africana). O antropólogo Edward E. Evans-Pritchard fez seus estudos sobre os Azande no Sudão do Sul, onde esteve por vinte meses entre 1926 e 1929 e que teve como resultado a obra *Witchcraft, oracles and magic among the Azande* (1937).



Assim, a dimensão discursiva da feitiçaria não trata apenas do poder de manipular e invocar as forças ocultas, mas de um poder regulatório que abrange tudo e tem sido usado como dispositivo repressor. Portanto, se, por um lado, “estudar as ‘práticas discursivas’ pode se tornar um tanto fútil quando o poder dessas palavras têm efeitos muito violentos” (GESCHIERE, 2006, p. 32), por outro, trata-se aqui exatamente de enfatizar o poder do discurso na origem das violências diversas, incluindo as punições contra acusados de praticar feitiçarias e contra as próprias vítimas de feitiço.

Desse ponto de vista discursivo é que se faz necessário observar a popularização do discurso da feitiçaria pelo neoliberalismo, considerando tanto as demandas regulatórias quanto as violências depurativas da economia de mercado, que, de certa forma, retomam e redefinem as diretivas estruturais da transição do feudalismo ao capitalismo, quando o discurso da feitiçaria surgiu e foi usado pela primeira vez fora do território africano.<sup>4</sup> Enquanto naquele momento ocorria uma precarização brutal dos pobres em geral, o que veio a ser chamado genericamente de feitiçaria era parte do sistema de valores comunitários e dos saberes populares em sentido amplo. O discurso da feitiçaria, por outro lado, como dispositivo de poder, foi moldado à medida dos interesses das

---

<sup>4</sup> No discurso da feitiçaria, existe o que está dentro ou fora da comunidade (GESCHIERE, 2012), conotado por enunciados que dizem respeito aos valores conhecidos e compartilhados muitas vezes em língua nativa africana. Assim, existem enunciados que permanecem sob nomes específicos e usados na linguagem cotidiana, como, por exemplo, dizer mandinga em vez de feitiço. O termo feitiçaria, por sua vez, é apenas uma designação genérica dada pelos colonizadores portugueses e espanhóis a uma série de práticas culturais e etnicamente referenciadas de indígenas, africanos e ameríndios, mas consideradas hereges e anticristãs: “Os termos feitiço e feitiçaria aparecem no português medieval num contexto legal: o rei João I promulgou éditos contra a feitiçaria em 1385 e 1403, proibindo seus súditos de ‘obrar feitiços ou ligamentos, ou chamar diabos’ (PIETZ, 1987, p. 31). A feitiçaria nasce, portanto, como um discurso de acusação. Pietz analisou a etimologia de ‘feitiço’ em conexão ao latim *actitius*, fictício, também na origem dos termos artifício e artificial; o feitiço é uma coisa feita (o oposto de uma coisa natural), uma coisa falsa, um engano; como sabemos, feitiço também tem o significado de enfeite, artifício de sedução (objeto que pode ‘obter a graça’ dos outros)” (SANZI, 2008, p. 128).

classes dominantes contra as classes populares europeias, como forma de reprimir e criminalizar seus saberes e tentativas de autorregulação coletiva a partir de sua crescente autonomia cultural e moral diante do domínio feudal (THOMPSON, 1998). Ou seja, o discurso da feitiçaria foi usado não para reconhecer um saber, mas para frear a possibilidade de autorregulação não econômica da economia de subsistência, marcando-a com a insígnia da heresia.

Se mantivermos a ideia de que a feitiçaria em qualquer lugar serve, de alguma forma, para interferir nas condições de subsistência dos mais humildes e também como explicação causal para os seus infortúnios, entenderemos por que ela se faz necessária como visão de mundo e por que causa medo aos poderosos, despertando a sua reação. Note-se a esse respeito que as tentativas de autorregulação antifeudal surgiram no cerne de movimentos de revolta contra um sistema em declínio e como forma de resistência ao capitalismo no período conhecido como acumulação primitiva do capital, no qual as forças econômicas e políticas combinaram a colonização e a escravidão na América e África e a reorganização social e religiosa das classes sociais europeias. Conforme Federici (2017), muitos desses movimentos defendiam a sexualidade não reprodutiva e as práticas contraceptivas, além da participação das mulheres em atividades religiosas e laborais. Assim, movimentos de cariz ideológico libertário e comunal, religioso, mas anticlerical, comunitaristas e coletivistas, alternativos e de profundo caráter de resistência econômica dos pobres eram organizados não a partir da classe, mas de princípios como a solidariedade diante da precariedade em comum, do *ethos*, da moralidade, da liberdade e da religiosidade,<sup>5</sup> características pelas quais posteriormente esses movimentos foram considerados seitas heréticas:

A heresia denunciou as hierarquias sociais, propriedade privada e acumulação de riquezas e difundiu entre o povo uma concepção nova e revolucionária da sociedade que, pela primeira vez na Idade Média, redefinia

<sup>5</sup> Muitos desses movimentos sociais e religiosos anticlericais fundiram-se politicamente com os reformistas, resultando no anabatismo no início do século XVI (FEDERICI, 2017).

todos os aspectos da vida cotidiana (o trabalho, a propriedade, a reprodução sexual e a situação das mulheres), colocando a questão da emancipação em termos verdadeiramente universais.

O movimento herético proporcionou também uma estrutura comunitária alternativa de dimensão internacional, permitindo aos membros das seitas que vivessem suas vidas com maior autonomia, ao mesmo tempo em que se beneficiavam da rede de apoio constituída por contatos, escolas e refúgios com os quais podiam contar como ajuda e inspiração nos momentos de necessidade (FEDERICI, 2017, p. 70).

Na esteira da Reforma Protestante e da Contrarreforma Católica, tais movimentos heréticos cresceram e foram perseguidos implacavelmente pelos poderes constituídos, aproveitando-se de políticas que visavam normalizar condutas predadoras reforçando principalmente a violência contra as mulheres. Medidas tais como a permissão do estupro e a legalização da prostituição de mulheres pobres<sup>6</sup> debilitaram muito as poucas conquistas anteriores dos movimentos antifeudais em termos de valores coletivos e solidariedade de classe e gênero, disseminado a misoginia e a naturalização da violência contra as mulheres, que foram os pilares da Inquisição.

A legalização do estupro criou um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe. Também insensibilizou a população diante da violência contra as mulheres, preparando terreno para a caça às bruxas que começaria nesse mesmo período. Os primeiros julgamentos por bruxaria ocorreram no final do século XIV; pela primeira vez a Inquisição registrou a existência de uma heresia e de uma seita de adoradores do demônio completamente feminina (FEDERICI, 2017, p. 104).

---

<sup>6</sup> Mulheres estupradas eram consideradas desonradas e, se não fossem sumariamente expulsas da família e comunidade, deveriam se esconder ou fugir. A prostituição tornava-se para elas uma alternativa de sobrevivência (FEDERICI, 2017).

Há todo um conjunto de violências que foram se acumulando e dissolvendo as formações coletivas e comunais pré-modernas, e, portanto, aquela noção de economia comunitária tradicional a que fiz referência anteriormente, muito ligada à realidade africana pré-colonial, não deve ser confundida com a da comunidade servil do feudalismo e nem com as tentativas de formação de economias coletivas alternativas ligadas aos movimentos hereges, pois as relações sociais, produtivas e reprodutivas em causa nesses contextos, eram bastante diferentes e foram pouco duradouras. O contato e a dependência entre essas realidades econômicas e culturais tão diversas foram forjados no nascedouro do capitalismo, e o próprio discurso da feitiçaria migrou diretamente da velha Europa para o Novo Mundo. O mesmo pode ser dito sobre as relações políticas europeias internas, uma vez que o discurso da feitiçaria – como discurso do poder – conseguiu aglutinar forças para a produção necropolítica dos Estados-nação e para a disseminação da sua linguagem de terror, tratando de reunir os restos de uma economia em ruínas na mesma ordem discursiva religiosa da caça às bruxas, resultando na unificação de quase toda a Europa, apesar das diferenças internas.

A natureza política da caça às bruxas também fica demonstrada pelo fato de que tanto as nações católicas quanto as protestantes, em guerra entre si quanto a todas as outras temáticas, se uniram e compartilharam argumentos para perseguir as bruxas. Não é um exagero dizer assim que a caça às bruxas foi o primeiro exemplo de unidade política dos novos Estados-nação europeus, o primeiro exemplo de unificação europeia depois do cisma provocado pela Reforma. Isto porque, atravessando todas as fronteiras, a caça às bruxas se disseminou da França e Itália para a Alemanha, Suíça, Inglaterra, Escócia e Suécia (FEDERICI, 2017, p. 303).

A caça às bruxas no contexto europeu foi um programa que não apenas reuniu as classes dominantes, mas também as classes populares, as quais assumiram em alguma medida o discurso da feitiçaria, mobilizando os enunciados de heresia e castigo e da linguagem do terror

contra si próprias. Ao rejeitarem o seu próprio saber e cultura, acusando e delatando pessoas ao processo inquisitorial sob a guarda de quem detinha o poder econômico, religioso e político de fato, deram condição para que instituições políticas e religiosas autorizassem a violência contra os pobres e marginalizados na Europa; violência que está, portanto, na origem do Estado-nação, ou seja, do Estado moderno.

A violência do discurso da feitiçaria era uma violência de classe, e não se trata de atacar a convivência das classes pobres para a sua própria derrota, mas de destacar que um discurso que autorizava a violência substancialmente patriarcal, misógina e racista ganhou terreno a partir da intensidade e da proporção que tomou a linguagem do terror para que fossem criadas as condições, não só do Estado-nação, mas do controle econômico da produção capitalista e da reprodução do proletariado.

O que é mais importante, a separação entre produção e reprodução criou uma classe de mulheres proletárias que estavam despossuídas como os homens, mas, diferentemente de seus análogos masculinos, quase não tinham acesso a salários, numa sociedade que estava cada vez mais monetizada, sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras (FEDERICI, 2004, p. 146).

É inequívoca a constatação de que as pressões morais e religiosas tornaram-se uma política de sujeição completa, sentença de morte violenta e cruel para as mulheres na Idade Média. Entretanto, a caça às bruxas atingiu durante a Inquisição também os grupos que chamamos hoje de minorias – indígenas, africanos e americanos, homossexuais, deficientes, os não cristãos, os ateus e os estrangeiros –, para assujeitar, explorar e converter a uma ordem global (capitalista e colonial) e punir exemplarmente os indesejáveis, como também os rebeldes, para que a dominação e a conversão fossem tão terríveis quanto efetivas.

A disseminação do discurso da feitiçaria tem a ver com os poderes que foram constituídos naquele período e com a globalização do terror. A partir do encontro colonial, o discurso da feitiçaria dá origem

não só a uma nova ordem econômica ocidental sob o domínio cristão, mas a uma poderosa ficção de alteridade como terror ao outro, mas na qual o medo e o desejo de ser temido é recíproco (TAUSSIG, 1993). A linguagem do terror é estruturante do colonialismo-capitalismo e foi mobilizada como fundamento moral pelo discurso da feitiçaria na origem do sistema, mas, de acordo com Federici (2017), repete-se nos momentos de crise e transição do capitalismo em que a pressão social aumenta e os desejos de mudança revolucionária aparecem em movimentos sociais, muitos deles trazendo a perspectiva de gênero e raça a partir das bordas mais esmagadas historicamente.<sup>7</sup>

Cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, o que mostra que a contínua expulsão dos camponeses das terras, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época (FEDERICI, 2004, p. 27).

Da mesma forma, para Peter Geschiere (1997), as mudanças econômicas, culturais e comportamentais observadas nas últimas décadas em relação ao tema da feitiçaria não significam o retorno de uma tradição, mas mostram a conexão profunda do capitalismo e da modernidade com as práticas estudadas pelas escolas antropológicas em comunidades rurais africanas e suas conexões com as práticas que persistem em várias comunidades europeias. Trata-se, para ele, de enfatizar que no mundo pós-colonial as “ambiguidades e deslizamentos” discursivos da feitiçaria aparecem com mais desenvoltura que nas caracterizações anteriores (GESCHIERE, 2006, p. 33). Assim, para o autor, o discurso da feitiçaria na atualidade “não constitui o oposto da lógica capitalista

---

<sup>7</sup> Nas últimas décadas, vimos surgirem e se fortalecerem movimentos e organizações feministas com características de autogestão econômica e representação política transversal, discutindo novas bases para o comunitarismo e para a democracia, como o movimento das mulheres kurdas, mapuches, zapatistas, coletivos de mulheres negras, indígenas, movimentos de mães de desaparecidos políticos etc.

– ao contrário, esta pode ser enxertada naquele de formas inesperadas” (GESCHIERE, 2006, p. 26).

As novas situações da feitiçaria são também aquelas em que esta se reafirma como uma nova linguagem, com formas mais acessíveis, como naquela conhecida como “economia oculta” (COMAROFF; COMAROFF, 1999), utilizada, sobretudo, pelos mais pobres (mas não só), a fim de minimizar os infortúnios causados pela sociedade de mercado, como a perda de emprego ou diminuição do salário, por exemplo, ou ainda para atrair a boa sorte e a fortuna, como encontrar um emprego interessante, bom salário ou ganhar na loteria. No discurso da feitiçaria, que tem sustentação na economia oculta, as forças mágicas passam a responder por uma série muito ampla de acontecimentos ligados às promessas de consumo do capitalismo desde as últimas décadas do século XX (COMAROFF; COMAROFF, 1999). Portanto, a economia oculta pode significar a tentativa de novamente imbuir de algum sentido as relações econômicas precárias e violentas comandadas pelas mãos invisíveis do mercado. E se há os que buscam se reconectarem às forças ocultas e ancestrais, há os novos feiticeiros, que se oferecem para fazê-lo por meio de propagandas ostensivas e formas acessíveis de comunicação. Assim,

[...] o discurso da feitiçaria parece oferecer uma linguagem óbvia, tanto para o rico quanto para o pobre, para tentar conferir um significado às mudanças modernas – e notavelmente às novas e chocantes formas de riqueza e desigualdade. (GESCHIERE, 2006, p. 13).

Ocorre que o discurso da feitiçaria tem operado cada vez mais deslocamentos de seus enunciados clássicos e por uma linguagem cada vez menos refratária também a setores urbanos e escolarizados, de classes sociais médias e de diferentes religiões. Destaca-se que a revitalização do discurso da feitiçaria, que tem sido vista em África, relaciona de forma profundamente reacionária os valores neoliberais com os do patriarcado – centrados na família e não na comunidade –, na retomada de enunciados de heresia e conversão. Nesse movimento ocorre

menos o alegado resgate e mais a degradação moral e a criminalização das novas gerações, que sempre são aquelas depositárias das expectativas de mudança social.

Em Angola e na República Democrática do Congo, as igrejas neopentecostais (PEREIRA, 2008) têm utilizado sistematicamente o discurso da feitiçaria nas suas ações de conversão diante da acusação de crianças e jovens de serem feiticeiros.<sup>8</sup> As acusações feitas pelas famílias, segundo os relatos, correspondem a uma série de situações, que vão desde supostos envolvimento em crimes até situações como a de comerem às escondidas durante a noite alguma sobra de comida. O problema da fome entre as crianças e jovens angolanos e congolezes, entretanto, é mais uma entre as tantas consequências das guerras, como é também o problema da orfandade. Os filhos de soldados e vítimas das guerras formam um enorme contingente de crianças que passam a viver nas ruas, sujeitas à prostituição, às diversas formas de tráfico e ao trabalho infantil em condições análogas à escravidão, quando não são diretamente levadas pelas guerrilhas; mas a maioria das crianças e dos jovens acusados de feitiçaria são adotados por parentes, e, portanto, os relatos sobre as “crianças feiticeiras” ocorrem geralmente no contexto familiar.

De acordo com estes relatos, as crianças têm sido acusadas, por seus próprios parentes ou vizinhos, de manipularem forças advindas do mundo noturno, ocasionando infortúnios como doenças, mortes, abortos e fracasso econômico dos membros da família. As crianças situam-se, na maior parte das vezes, na faixa etária entre 8 e 13 anos, não sendo incomum a acusação a crianças muito pequenas, inclusive bebês. Comportamentos considerados desviantes de crianças e adolescentes, como agressividade, indolência, inquietude e dispersão podem

---

<sup>8</sup> A Igreja Católica, assim como várias ONGs de defesa de direitos humanos, tem tido um papel de contraponto à criminalização na reconfiguração do discurso de feitiçaria quando retiram das ruas e acolhem em seus abrigos crianças e jovens que estão sujeitos a essas situações, e mesmo os que fogem de casa em razão das acusações de feitiçaria e medo das consequências.



justificar a acusação. Sintomas como fome excessiva, enurese noturna, sono agitado ou excessivo e doenças como epilepsia e sonambulismo também são associados a “crianças feiticeiras” (PEREIRA, 2008, p. 32).

Em todas essas situações citadas, percebe-se que o discurso da feitiçaria se transfere da excepcionalidade e passa a identificar toda uma vida familiar sentida como desafortunada pela dinâmica social e econômica do capitalismo. Para além da ideia de uma economia oculta, em que essa correspondência ocorre mediante o acesso a uma pertença ou a uma linguagem de acolhimento que visa evocar proteção, sorte e resistência em um contexto adverso, em vários países africanos a feitiçaria tem sido também muito relacionada a uma renovada e cristianizada linguagem de terror, que não é parte do encontro com o desconhecido, mas decorre das relações íntimas no próprio contexto familiar, em que a ideia de intimidade como relação de confiança deve ser substituída. Geschiere (2012) faz um alerta, lembrando a advertência de Freud:

Ele nos adverte que a intimidade não pode simplesmente ser equiparada à confiança – como muitos antropólogos (e outros cientistas sociais) parecem ter dado como certo – mas, pelo contrário, é precisamente a agressão entre íntimos que é experimentada como extraordinariamente perigosa<sup>9</sup> (GESCHIERE, 2012, p. 95-96, tradução nossa).

A demonização dos comportamentos pela família ocorre por meio da criminalização da própria pobreza como condição prévia tanto da violência como da conversão religiosa, que é desde sempre um empreendimento inconcluso. Vale destacar que no projeto de evangelização da África, as sociedades sempre trabalharam com as teologias cristãs

---

<sup>9</sup> “Nos advierte así que la intimidad no puede equipararse simplemente con la confianza – como tantos antropólogos (y otros científicos sociales) después parecen haber dado por sentado – sino que por lo contrario, es precisamente la agresión desde el interior que se experimenta como extraordinariamente peligrosa.” (GESCHIERE, 2012, p. 95-96).

“de acordo com sua própria compreensão da sua história e das suas tradições, calculando sempre as suas possibilidades no contexto das emergências diárias e das necessidades imediatas com que se deparavam” (MBEMBE, 2013, p. 26).

O que se pode chamar expansão do cristianismo ou do neoliberalismo não é uma hegemonia completa, mas corresponde à expansão contraditória e desigual da própria modernidade, enquanto a revitalização da feitiçaria e do seu discurso se deve aos modos como seu impacto é sentido em diferentes lugares, se constituindo como parte das transformações das ideologias no atual momento da globalização capitalista. Conforme Comaroff e Comaroff (1999, p. 286, tradução nossa), “quaisquer que sejam seus supostos poderes, as bruxas não podem escapar da história.”<sup>10</sup>

Os estudos pioneiros de Peter Geschiere (2012), nos Camarões, identificaram uma prática que o surpreendeu e o levou a chamar a atenção para os novos desdobramentos discursivos da feitiçaria, nos quais não os pobres, mas os novos ricos é que são acusados de feitiços de enriquecimento. Conhecido como *ekong*, o feitiço começa com uma operação de compra da morte de alguém que será transformado em uma espécie de zumbi e levado a trabalhar sem descanso para o seu comprador, que, em geral, é um parente ou conhecido, e que eventualmente tenha migrado para o meio urbano. A feitiçaria *ekong* que se pratica nos Camarões também está presente em outras denominações em regiões da África Ocidental e Central, como Guiné Equatorial, São Tomé e Angola, e cuja presença não é nova, tendo sido registrada pela primeira vez no século XVII.<sup>11</sup> Efetivamente, essas regiões correspondem aos locais que historicamente formaram as principais rotas e portos destinados ao tráfico ibérico de africanos para a escravidão e nas quais, nessa mesma época, se passou a usar a palavra portuguesa “fetisso”, que era, conforme já foi comentado, utilizada para designar práticas das seitas hereges

<sup>10</sup> “whatever their putative powers, witches cannot escape history.” (COMAROFF; COMAROFF, 1999, p. 286).

<sup>11</sup> *Mayombola*, *mikuku*, *ekom* e *famla-njangi* são algumas designações encontradas para práticas de feitiçaria similares ao *ekong*.

como eventos demoníacos e anticatólicos (SANZI, 2008). Reconhece-se no surgimento inquisitorial do discurso da feitiçaria um indício de que o que se designa a partir de então como “feitiçaria africana” não pode ser descomprometido de uma referência implícita ou explícita não só ao fundamentalismo religioso, como também ao colonialismo e ao tráfico de africanos para a escravidão, cujo objetivo era criar a desumanização e, por extensão, a coisificação das pessoas, que justamente é o que predomina no *ekong*.

Assim, o *ekong* atual lança luz ao discurso da feitiçaria que migra do contexto feudal para o colonial e se aproxima das relações da escravidão, mas também se aparenta com os fundamentos atuais do mundo do trabalho no neoliberalismo, sendo a zumbificação um paralelo da extrema alienação e dessubjetivação dentro de uma lógica de produção ininterrupta que expressa o total desgarramento afetivo e mental que determina a máxima exploração do trabalho, sem qualquer resistência.

O discurso da feitiçaria na atualidade reverbera a sua ambivalência, sobretudo, em contextos de pobreza, com o objetivo de explicar as raízes econômicas do infortúnio e da riqueza: “Além da falta de trabalho para partes importantes da população, a riqueza nem sempre aparece claramente ligada ao esforço pessoal e, portanto, requer outras explicações”<sup>12</sup> (MARTÍ, 2008, p. 175, tradução nossa), de tal sorte que a crença *ekong* “integrou” em si mesma os mistérios do mercado: “Ela continua sendo tão genericamente aceita porque pode oferecer uma explicação para as crescentes desigualdades entre a riqueza e a miséria” (GESCHIERE, 2006, p. 18).

Nessa constatação de que a feitiçaria *ekong* se apresenta como exemplo daquilo que se diz sobre o que a feitiçaria é, a saber, a explicação da natureza oculta dos infortúnios, se revela também a dimensão da ocultação como essência do neoliberalismo: há uma violência real e cada vez mais ilimitada, institucionalizada e reguladora da exploração dos

---

<sup>12</sup> “Además de la falta de trabajo para partes importantes de la población, la riqueza no siempre aparece claramente ligada al esfuerzo personal y por tanto requiere de otro tipo de explicaciones.” (MARTÍ, 2008, p. 175).

trabalhadores, embora pareça o contrário. A riqueza, por sua vez, assume no neoliberalismo a forma fantasmática do dinheiro e se desgarra da posse de bens e meios de produção por meio do trabalho, ocultando a natureza perversa da exploração. Assim, a origem cada vez mais ocultada do dinheiro, aliada à sua máxima exposição, como se fosse uma divindade a ser cultuada, está no cerne da relação contemporânea entre feitiço e fetiche, ou seja, está na origem da transformação da atitude de resistência dos sujeitos aos infortúnios para a passividade religiosa aos pés das imagens de riqueza, as quais aparecem desvinculadas da exploração e da zumbificação de homens e mulheres que, por sua vez, são cada vez mais invisíveis, sem identidade, sem subjetividade, sem apegos, sem afetos, sem desejar e sem produzir suas próprias necessidades.

## Referências

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Occult economies and the violence of abstraction: notes from the South African postcolony. *American Ethnologist*, v. 26, n. 3, p. 279-301, 1999. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/227664340\\_Occult\\_Economies\\_and\\_the\\_Violence\\_of\\_Abstraction\\_Notes\\_from\\_the\\_South\\_African\\_Postcolony](https://www.researchgate.net/publication/227664340_Occult_Economies_and_the_Violence_of_Abstraction_Notes_from_the_South_African_Postcolony). Acesso em: 3 jul. 2020.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

GESCHIERE, Peter. Feitiçaria e modernidade nos Camarões: alguns pensamentos sobre uma estranha cumplicidade. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 34, p. 9-38, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/770/77003401.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2020.

GESCHIERE, Peter. *The modernity of witchcraft: politics and the occult in postcolonial Africa*. Charlottesville: University of Virginia Press, 1997.

GESCHIERE, Peter. Política de la pertenencia: brujería, autoctonía e intimidad. México: Fondo de Cultura Económica, 2012.

MARTÍ, Josep. Algunas notas sobre el ekong en la Guinea Ecuatorial. In: MARTÍ, Josep; Aixelà, Y (ed.). *Estudios Africanos*, Barcelona, p. 171-191, 2008. Disponível em: <https://digital.csic.es/handle/10261/8225>. Acesso em: 3 jul. 2020.

MBEMBE, Achille. *África insubmissa: cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial*. Luanda: Pedagogo, 2013.

PEREIRA, Luena Nunes. Crianças feitiçeras: reconfigurando família, igrejas e estado no pós-guerra angolano. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 30-55, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-85872008000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872008000200003). Acesso em: 3 jul. 2020.

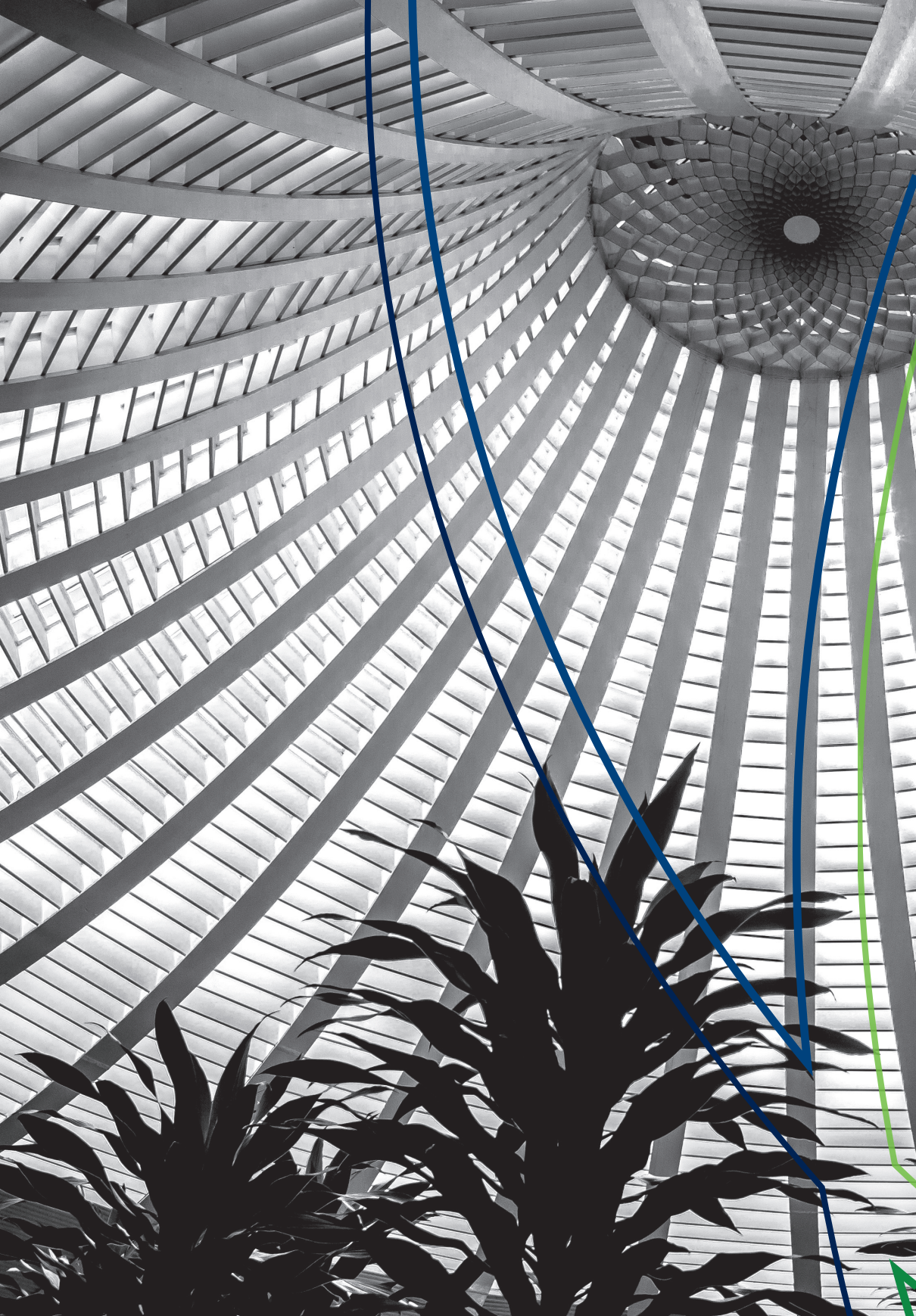
POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

SANSI, Roger. Feitiço e fetiche no Atlântico Moderno. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 51, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27303/29075>. Acesso em: 3 jul. 2020.

TAUSSIG, Michel. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.





Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.



# Literatura, Arte e Feminismos

Este volume reúne trabalhos escritos em um contexto adverso, que enfrentamos com a cuidadosa escrita e preparação de artigos que, agora entregues ao público, expandem os debates que aconteceram no II Encontro Literatura, Feminismos e Revolução, realizado em 2018 na Universidade de Brasília. Organizado por nosso Grupo de Pesquisa Literatura e Corpo, do Programa de Pós-Graduação em Literatura, o tema do encontro de 2018 foi “As caças às bruxas e a ferocidade branca”. Esta obra reúne ainda outras colaborações qualificadas de pesquisadoras de várias instituições do país, as quais integramos numa ampla rede de diálogo que desejamos alargar para pensar questões relativas aos feminismos e aos estudos literários em perspectivas plurais.

## Foto ao fundo:

Arquitetura  
do Memorial  
Darcy Ribeiro  
(Beijódromo)/UnB.  
Por Júlio Minasi.



EDITORA



UnB